

PROCESSO - A. I. Nº 279692.0001/09-2
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - TIM NORDESTE S.A.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 1ª JJF nº 0002-02/10
ORIGEM - IFEP SERVIÇOS
INTERNET - 18/12/2012

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO CJF Nº 0397-11/12

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. BENS DESTINADOS AO ATIVO FIXO. PAGAMENTO A MENOS. Foram acolhidos parcialmente, os argumentos da defesa e efetuados ajustes com redução do valor exigido. Infração parcialmente caracterizada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto contra a Decisão da 2ª Junta de Julgamento Fiscal (Acórdão JJF nº 0002-02/10), que julgou Procedente em Parte a infração 2, da presente autuação, a seguir descrita:

INFRAÇÃO 2 – deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação, destinadas ao Ativo Fixo do próprio estabelecimento. ICMS no valor de R\$172.094,38. Consta que o contribuinte recolheu a menos o ICMS sobre diferencial de alíquota referente à entrada de mercadorias desatinadas ao ativo imobilizado e material de uso e consumo, tudo apurado conforme planilha de cobrança. Anexos B-1, B-2, livro Registro de Apuração e Entradas todos apensos a este PAF.

Com relação a esse item, assim se posicionou a Junta de Julgamento Fiscal:

Quanto à infração 02, relativo aos argumentos do item 05 da defesa, os autuantes, acertadamente, anexaram planilhas (como documento 10), observando todas as notas fiscais indicadas pelo autuado na coluna e adotando as seguintes e corretas providências, ora incorporadas a este voto:

- 1) Corrigiram a alíquota referente às notas fiscais oriundas do Estado de Sergipe, a alíquota correta é de 5%;*
- 2) Corrigiram o valor da base de cálculo das notas fiscais 541737 e 2238, conforme o que consta no livro registro de entradas e neste mesmo livro não consta à coluna isentas como informa o autuado.*
- 3) Afirmam que o autuado reconhece em suas razões de defesa que 17 (dezessete) notas fiscais não pagaram o ICMS DIFAL.*
- 4) Por fim, os autuantes analisam 119 (cento e dezenove) notas fiscais que o autuado afirma não ser devido à diferença de alíquotas, por motivos diversos, porém não apresentou prova material (as próprias Notas Fiscais) para comprovar o que escreveu nas suas razões de defesa.*
- 5) Concluem que o novo cálculo do ICMS DIFAL a pagar (tabela abaixo) foi feito com base nas modificações 1 e 2 (acima mencionadas) e também considerando a multiplicação da alíquota pela base de cálculo e não pelo valor contábil como anteriormente realizado.*

Mês	Livro/Entr	Liv. De Apur	ICMS a pagar
Jan/04	601.194,54	597.004,84	4.189,70
fev/04	174.570,67	139.463,07	35.107,60
Abr/04	394.354,99	394.348,54	6,45
Jul/04	424.453,41	424.263,71	189,7
Out/04	1.622.031,98	1.601.432,23	20.599,75
Nov/04	967.096,42	966.384,28	712,14
Dez/04	817.879,31	793.608,46	24.270,85

Total a pagar			85.076,19
---------------	--	--	-----------

Concluo, assim, pela manutenção integral da infração 01 e parcial da infração 02, com os novos cálculos, acima alinhados, para reclamação do crédito tributário.

Em atendimento ao art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, o órgão julgador de primeira instância recorreu de Ofício a uma das Câmaras de Julgamento Fiscal.

Às fls. 283/296, o contribuinte interpôs Recurso Voluntário, não conhecido por intempestividade, consoante se observa do ofício de fl. 297.

Contra a Decisão que negou seguimento ao apelo o contribuinte interpôs novo Recurso às fls. 303/306, ao qual a Presidência deste Conselho de Fazenda Negou Provimento (fls. 391/394).

VOTO

Inicialmente cumpre esclarecer, consoante relatado, que o Recurso Voluntário interposto pelo sujeito passivo foi considerado intempestivo mediante Decisão já confirmada pela Presidência deste Conselho de Fazenda, remanescendo para ser apreciado por esta CJF apenas o Recurso de Ofício.

E, quanto à parcela desonerada da infração 2, a Decisão submetida à revisão desta CJF não merece reparos, pois a procedência parcial da exigência decorreu da aplicação da alíquota adequada para as operações oriundas do Estado de Sergipe (5%), bem como da correção da base de cálculo das Notas Fiscais n^{os} 541737 e 2238, ajustes estes realizados pelos próprios autuantes.

Ante o exposto, à vista da legalidade da desoneração levada a efeito pela Junta de Julgamento Fiscal, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 279692.0001/09-2, lavrado contra **TIM NORDESTE S/A.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.316.780,58**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, alíneas “a” e “f”, da Lei nº 7014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de novembro de 2012.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

FABIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO-SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS